



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 20/10/2003  
Rubrica *PMR*

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 13656.000196/96-95

Recurso nº : 106.244

Acórdão nº : 201-76.944

Recorrente : ALCOA ALUMÍNIO S.A.

Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

**PIS/FATURAMENTO. AUTO DE INFRAÇÃO.**  
**SEMESTRALIDADE.**

Deve ser procedida nova apuração do crédito tributário, objeto do lançamento, a ser calculada tendo como base o faturamento verificado no 6º mês anterior ao da incidência, na forma prevista na Lei Complementar nº 07/70.

**Recurso provido em parte.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ALCOA ALUMÍNIO S.A.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator.**

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2003.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques

**Presidente**

*Antonio Mario de Abreu Pinto*  
Antonio Mario de Abreu Pinto  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Serafim Fernandes Corrêa, Adriene Maria de Miranda (Suplente), Antônio Carlos Atulim (Suplente), Sérgio Gomes Velloso e Rogério Gustavo Dreyer.



Processo nº : 13656.000196/96-95  
Recurso nº : 106.244  
Acórdão nº : 201-76.944

Recorrente : **ALCOA ALUMÍNIO S.A.**

### RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto em 27/11/1997 contra a Decisão nº 2.009/97 (fls. 147 a 159) proferida pela DRJ em Juiz de Fora - MG que julgou parcialmente procedente o Auto de Infração (fls. 01 a 38) lavrado contra a Recorrente pela falta de recolhimento da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS.

O Auto de Infração foi lavrado em 23/09/96 e através do Termo de Verificação Fiscal, apurou-se a falta de recolhimento do PIS. Tal Auto teve como enquadramento legal o art. 3º, "b", da Lei Complementar nº 07/70; o art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 17/73; e o Título 5, Cap. 1, Seção 1, alínea "b", itens I e II, do Regulamento do PIS-PASEP. O Termo de Verificação Fiscal comprovou que a contribuinte, através de Mandado de Segurança, obteve liminar para suspensão parcial do crédito tributário, devendo ser exigida a parte que não teve a sua suspensão concedida. O referido termo acrescenta ainda que o depósito judicial efetuado não corresponde ao montante integral, pois houve irregularidade na base de cálculo informada. Em suma, o referido Auto de Infração constitui crédito tributário relativo ao PIS incidente sobre as irregularidades na base de cálculo informado, não coberto pelos depósitos judiciais e cuja exigibilidade não está suspensa. A Recorrente apresentou impugnação em 25/10/1996, alegando que o Auto de Infração contém erros de cálculo efetuados pelo Auditor Fiscal, e que tais erros obrigam à sua anulação. Em suas preliminares, a Recorrente requer que a Ação Fiscal seja julgada nula em função do disposto no art. 62 do Decreto nº 70.235/72, que estabelece que durante a vigência de medida judicial não poderá ser instaurado procedimento fiscal, sendo este o caso, devido à existência do Mandado de Segurança supramencionado. Acrescenta ainda a Recorrente que a medida judicial suspende a cobrança do tributo de acordo com o art. 151 do CTN, pois o depósito judicial foi efetuado pela Recorrente. Requer ainda que a Ação Fiscal seja suspensa até o trânsito em julgado da decisão proferida no Mandado de Segurança. Ademais, a Recorrente insurge-se contra a alíquota que foi aplicada no referido Auto, uma vez que a alíquota de 0,75% não pode ser aplicada ao período de 02/94 a 10/95, devendo os cálculos ser refeitos. Alega ainda a Recorrente que os fatos geradores levados em consideração ocorreram de 31/01/91 a 31/07/95, havendo decadência do direito de a Fazenda efetuar o lançamento para os fatos geradores ocorridos anteriormente a 23 de setembro de 1991, conforme o art. 150 do CTN. Por fim, alega que os juros de mora foram calculados indevidamente, e que os valores depositados também deveriam ter os juros computados, e não o foram. Destarte, a Recorrente requer que o Auto de Infração seja declarado nulo ou que seja julgada totalmente improcedente a Ação Fiscal, ou ainda, que anule o Auto em função dos erros cometidos e que se proceda à lavratura de novo Auto de Infração.

Em sua decisão de fls. 147 a 159, a DRJ julgou parcialmente procedente o lançamento efetuado no Auto de Infração em questão. Quanto aos pedidos feitos pela Recorrente, a DRJ pronunciou-se: a) o lançamento foi feito legalmente, pois não havia a suspensão do crédito tributário, uma vez que a suspensão foi concedida parcialmente e que o depósito efetuado não foi feito no seu montante integral; b) quanto ao pedido de suspensão até o trânsito em julgado, entendeu que não encontra amparo, uma vez que não há qualquer efeito suspensivo a interromper o presente processo e porque a decisão deverá ser julgando parcialmente procedente, devendo haver o levantamento dos depósitos efetuados; c) quanto ao erro de cálculo, entendeu a DRJ que não houve erro, sendo correta a aplicação da alíquota de



Processo nº : 13656.000196/96-95

Recurso nº : 106.244

Acórdão nº : 201-76.944

0,75% sobre o faturamento da empresa; d) quanto à decadência, há o entendimento de que o prazo é de dez anos, conforme o disposto nos arts. 3º e 10 do Decreto-Lei nº 2.052/83; e) quanto aos juros de mora, a DRJ entendeu serem devidos, cabendo tão-somente o benefício da retroação de lei nova, qual seja a Lei nº 9.430/96, que estipula que a multa de ofício aplicada será de 75%, ao invés de 100% como era cobrado dantes. Portanto, a DRJ julgou como procedente o lançamento, alterando apenas quanto ao percentual da multa aplicada de ofício.

Inconformada com a decisão supra mencionada, a Recorrente interpôs Recurso Voluntário tempestivo (fls. 164 a 176) alegando que o cálculo efetuado pelo Auditor Fiscal não obedeceu ao disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei Complementar nº 07/70, que estabelece que a base de cálculo do PIS é o faturamento do 6º mês anterior àquele que tiver ocorrido o pagamento da contribuição ao PIS. Acrescenta ainda que a conversão da base de cálculo para UFIR somente pode ocorrer na data do vencimento da obrigação, uma vez que não há dispositivo legal determinando que a conversão se dê na data da ocorrência do fato gerador. A Recorrente anexou planilha demonstrando que o valor depositado é superior ao efetivamente devido, e não inferior como relatado no Auto de Infração. Por fim, a Recorrente requer que os autos de infração lavrados sejam anulados para que se proceda a um novo cálculo a fim de verificar se os depósitos judiciais são ou não suficientes para cobrir o crédito tributário devido e que seja julgada improcedente a Ação Fiscal.

A Fazenda Nacional ofereceu Contra-Razões (fls. 178 a 180) ao Recurso interposto, pondo-se ao lado da decisão proferida pela autoridade administrativa em 1ª instância. Pronuncia-se ainda contra o Recurso interposto, por entender que tem apenas caráter protelatório. Diante de tal situação, requer que o Recurso tenha seu provimento negado e que seja mantida a decisão proferida em 1ª instância.

O Recurso foi encaminhado à Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, a qual resolveu converter o julgamento em diligência, conforme voto da Conselheira-Relatora, uma vez que pela análise dos autos não é possível saber quais os valores que foram considerados como base de cálculo para o tributo a ser pago. Diante do exposto, o julgamento do Recurso foi transformado em diligência para que a autoridade autuante esclareça: 1) se o valor tributável consignado em um determinado mês corresponde ao faturamento daquele mês ou ao do sexto mês anterior; e 2) se os cálculos de apuração da totalidade do crédito tributário consideraram como ocorrido o fato gerador no mês do faturamento ou no sexto mês anterior.

A ora Recorrente em 14/10/1998 (fls. 196 a 201) requereu o seguinte: 1) demonstrar que o Conselho de Contribuintes está impedido de realizar o julgamento do presente processo, pois existe medida judicial que determina a suspensão da cobrança do tributo objeto do Auto de Infração que originou o processo; 2) que não questiona a constituição do crédito tributário através da lavratura do Auto de Infração, pois é inegável que este é legítimo, porém o processo administrativo deveria ter seu curso suspenso até o trânsito em julgado da Ação Judicial. O lançamento deveria ter sido efetuado, mas a contribuinte não deveria ser chamada para apresentar impugnação, pois nesse momento foi que se instaurou a fase litigiosa, não devendo ter prosseguimento o processo administrativo. Portanto, a Recorrente entende que este Conselho está impedido de proceder ao julgamento, o qual deve ter seu curso suspenso até que ocorra a conversão dos depósitos judiciais em renda a favor da União. Ademais, a questão dos

*João*



Processo nº : 13656.000196/96-95

Recurso nº : 106.244

Acórdão nº : 201-76.944

valores depositados serem suficientes ou não deve, ser questionada nos autos do Mandado de Segurança supramencionado.

Em 09/11/1999, a Recorrente foi intimada a prestar os esclarecimentos, como foi requerido pela Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes em cinco dias. Pediu prorrogação por mais dez dias em 22/11/1999 e juntou a cópia do livro em que constam os esclarecimentos em 25/04/2000. A DRF, ao receber os documentos da contribuinte, atesta que foram considerados os valores faturados no próprio mês do período de apuração e não no sexto mês anterior. Encaminhado ao Colendo Conselho, foi convertido em nova diligência no intuito de preservar o contraditório, visto que, argumenta a Recorrente, em seu Requerimento constante às fl. 196 a 201, que este Conselho está impedido de realizar o julgamento do presente processo, eis que existe medida judicial que determina a suspensão da cobrança do tributo objeto do Auto de Infração.

Em 29/07/2002, em atendimento ao pedido de diligência feito por este Eg. Conselho, anexou-se cópias das principais peças judiciais do Mandado de Segurança nº 91.00.23605-5, da 10ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais.

É o relatório.



Processo nº : 13656.000196/96-95

Recurso nº : 106.244

Acórdão nº : 201-76.944

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
ANTONIO MARIO DE ABREU PINTO**

O recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

Assiste razão à Recorrente ao considerar que a Contribuição para o PIS deveria ser recolhida nos estritos termos da Lei Complementar nº 07/70, no sentido de que a base de cálculo adotada deva ser a do sexto mês anterior à ocorrência do fato gerador.

Na realidade, após a declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 pelo STF, bem como da edição da Resolução nº 49/95 do Senado Federal, que a confirmou *erga omnes*, começaram a surgir interpretações criativas, que visavam, na verdade, mitigar os efeitos da inconstitucionalidade daqueles dispositivos legais para valorar a base de cálculo da Contribuição ao PIS das empresas mercantis. Dentre estas, pode-se mencionar aquela segundo a qual a base de cálculo seria o faturamento do mês anterior ao do recolhimento, no pressuposto de que as Leis nºs 7.691/88, 7.799/89 e 8.218/91 teriam revogado tacitamente o critério da semestralidade. Tal interpretação não prospera, até porque ditas leis não tratam de base de cálculo e sim de “prazo de pagamento”, sendo impossível revogar-se tacitamente o que não se regula. Na verdade, a base de cálculo da Contribuição para o PIS, eleita pela LC nº 07/70, art. 6º, parágrafo único, permanece incólume e em pleno vigor até a edição da MP nº 1.212/95.

Desta feita, procede, em parte, o pleito da empresa que se insurge contra a adoção de base de cálculo da dita Contribuição de forma diversa da que determina a LC nº 07/70.

Diante do exposto, voto pelo parcial provimento do recurso para determinar que seja procedida nova apuração do crédito tributário, objeto do lançamento procedido, a ser calculada mediante as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 07/70 e, portanto, sobre o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2003.

ANTONIO MARIO DE ABREU PINTO